



Problemas Centrais da Educação Artística: Reflexões sobre a Atualidade e Desafios para o Futuro

Central Problems of Art Education: Reflections on the Present Time and Challenges for the Future

Paulo Esteireiro

Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical –
Universidade Nova de Lisboa
Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (Madeira)
paulo.esteireiro@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio tem como principal propósito identificar os problemas centrais da educação artística na atualidade. Com esse intuito, entrevistaram-se 25 especialistas da área da educação artística para saber a sua opinião sobre os principais problemas e desafios a ultrapassar a curto e médio prazo. De modo a categorizar as reflexões recolhidas, analisaram-se três estudos relevantes realizados em pleno século XXI sobre estratégias de futuro para a educação artística, procurando as principais medidas aí sugeridas, bem como as principais categorias utilizadas. Finalmente, termina-se o ensaio com breves considerações sobre a educação artística na Região Autónoma da Madeira, apresentando os seus pontos fortes e sugerindo algumas oportunidades de melhoria de acordo com as medidas propostas nos estudos e nas opiniões realizadas pelos especialistas entrevistados.

Palavras-chave: Problemas Centrais da Educação Artística; Relatório Interministerial para a Educação e Cultura; Roteiro para a Educação Artística da UNESCO; Educação Musical do Século XXI no Reino Unido; Medidas e Programas a Implementar

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to identify the core problems of art education nowadays. With this intention, 25 experts in the field of arts education were interviewed to know their opinion about the key issues and challenges of arts education in the near future. In order to categorize the reflections collected, three relevant studies about future strategies for arts education were analyzed, looking for the key measures suggested therein and the main categories used. Finally, the essay ends with brief considerations about art education in the Autonomous Region of Madeira.

Keywords: Central Problems of Art Education; Interministerial Report for Education and Culture; Road Map for Arts Education of UNESCO; Musical Education in the 21st Century in the UK; Measures and Programs to Execute

A área da Educação tem demonstrado ter alguma dificuldade em acompanhar as mudanças culturais e sociais que vivemos nas últimas décadas. Numa sociedade em constante mudança, uma consequência natural é a necessidade de contínuo aperfeiçoamento e ajuste dos processos de ensino e aprendizagem, de modo a que os indivíduos e os grupos se preparem adequadamente à sua integração na sociedade. Neste processo de ajustamento dos processos de ensino e aprendizagem, uma etapa crucial é a compreensão das mudanças sociais e culturais ocorridas e do modo como a educação pode responder a essas mesmas mudanças.

Neste âmbito, este ensaio tem como principal propósito contribuir para uma melhor compreensão das alterações ocorridas, a decorrer ou que irão acontecer a médio prazo na área das artes. Consequentemente, pretende-se igualmente extrair conclusões que ajudem a definir os principais problemas da educação artística na atualidade e, naturalmente, sugerir algumas medidas ou propostas de soluções intuitivas em jeito de ensaio.

Assim, defende-se neste texto que a definição com rigor dos problemas prioritários do domínio da educação artística é um dos mais importantes objetivos dos intervenientes e decisores das áreas artísticas. Só sabendo quais são as áreas em mudança e os principais problemas da atualidade é possível definir de forma esclarecida e eficaz as principais áreas em que se deve colocar recursos e despender energias, quer ao nível dos estudos académicos, quer ao nível político, quer ao nível das práticas educativas nas escolas.

Com estes propósitos, considerou-se que seria prolífico fazer um ponto da situação da educação artística em Portugal ouvindo 25 especialistas deste domínio, entre docentes, investigadores, decisores políticos, artistas, quadros superiores na área das artes e empresários do sector. A todos foi colocada a seguinte questão:

Vivemos numa época de fortes mudanças sociais, que inevitavelmente influenciam a área da educação e das artes. No estado atual do ensino, que desafios se colocam aos intervenientes da educação artística nas próximas décadas?

Tendo em consideração que existem alguns estudos relevantes que têm abordado a questão do futuro da educação artística, as reflexões recolhidas foram enquadradas e categorizadas, com base nos princípios teóricos e conceptuais

de três estudos realizados por um conjunto de especialistas ingleses e portugueses sobre a educação musical e artística: *Relatório do Grupo de Trabalho – Ministério da Educação e Ministério da Cultura* (Xavier, 2004); *Roteiro para a Educação Artística – Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI* (Roteiro, 2006); e *Music Education in the 21st Century in the United Kingdom – Achievements, analysis and aspirations* (Hallam e Creech, 2010).

De modo a apresentar os resultados alcançados neste breve ensaio, estruturou-se o texto da seguinte forma:

1. Estudos sobre educação artística, onde se apresenta de forma sintética três estudos sobre o futuro da educação artística, evidenciando categorias, objetivos e medidas aí defendidas;
2. Reflexões dos agentes de educação artística, em que se expõem algumas das opiniões recolhidas dos especialistas da educação artística, organizadas por categorias adaptadas dos estudos apresentados na primeira parte;
3. Considerações finais, onde se realizam breves considerações sobre o estado atual da educação artística na Madeira, salientando pontos fortes e algumas medidas a tomar.

I. Estudos sobre Educação Artística

O início do século XXI foi muito fecundo em Portugal no domínio da reflexão sobre o futuro da educação artística. Em 2004, os Ministérios da Educação e da Cultura editaram um relatório importante com vários eixos de ação e medidas concretas para ligar os “vastos e riquíssimos universos da Educação e Cultura” (Xavier, 2004: 5). Em 2006, a Comissão Nacional da UNESCO editou um Roteiro para a Educação Artística, produzido após a realização em Portugal da *Conferência Mundial de Educação Artística*, em que participaram mais de mil pessoas de cerca de noventa países, sendo o roteiro o documento em que ficaram explanadas as propostas da conferência no que respeita às “estratégias necessárias à introdução ou promoção da Educação Artística no contexto de aprendizagem” (Roteiro, 2006: 4-5).

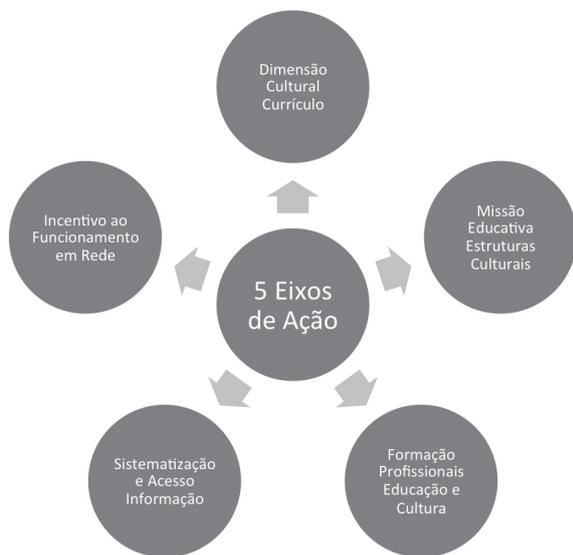
A estes documentos, junta-se aqui o estudo *Music Education in the 21st Century in the United Kingdom – Achievements, analysis and aspirations*, coordenado pelas conceituadas investigadoras Susan Hallam e Andrea Creech, onde se

apresentam algumas das principais reformas inglesas na área da educação musical e se propõe um novo modelo para o século XXI.

Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (Xavier, 2004)

O relatório coordenado pelo Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional é um estudo bem categorizado e com medidas concretas bem definidas para cada um dos cinco eixos principais de ação propostos (ver Figura 1).

Figura 1 – Cinco Eixos de Ação, *Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial (Xavier, 2004)*



O primeiro eixo centra-se na educação, mais especificamente no currículo, e propõe medidas que visem aumentar a dimensão cultural na escola. Entre as medidas propostas com o propósito de contribuir para o desenvolvimento das relações entre o meio artístico e cultural e o meio escolar, destacam-se três: a monodocência coadjuvada no 1.º Ciclo, por professores especializados em artes; a criação de um programa de incentivo às atividades de enriquecimento curricular; e o Programa Artistas na Escola.

O segundo eixo de ação inverte o foco. A preocupação passa a ser a de alargar as competências das estruturas culturais, acrescentando-lhes também uma missão educativa, através de: reforço da componente educativa das estruturas culturais, integrando professores dos quadros

de nomeação definitiva que venham a ficar com os seus horários incompletos no que se refere à componente letiva; criação de uma linha de apoio à produção de roteiros e materiais pedagógicos de qualidade e em larga escala; apoio à promoção das boas práticas por atividades de investigação e de avaliação de desempenho e por atividades de divulgação e de contaminação para promoção do intercâmbio e da partilha de experiências.

O terceiro eixo centra-se no problema da formação dos profissionais das duas áreas, com medidas relevantes, algumas das quais vieram a ser implementadas com grande sucesso recentemente: programa de formação de profissionais da Cultura; promoção e organização de um encontro anual entre os profissionais da Cultura e da Educação; apoio à realização de estágios em instituições internacionais de referência.

O quarto eixo, – sistematização e acesso à informação –, é talvez dos mais ambiciosos e complexos de alcançar, sendo propostas no relatório algumas medidas difíceis no plano financeiro: linha de apoio à investigação; publicação de estudos regulares sobre as práticas culturais dos portugueses (inexistência de observatórios); elaboração de um dossier identificador e divulgador de boas práticas; relação com meios de comunicação e editoras; novos programas com a rede de televisão pública; parcerias mais ativas com editoras, sites, empresas produtoras de conteúdos; criação de um portal para Educação/Cultura.

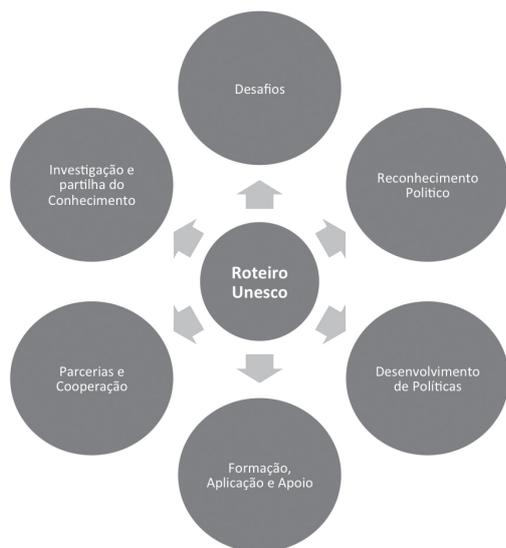
Finalmente, o quinto eixo – incentivo ao funcionamento em rede das estruturas locais e nacionais e com as estruturas internacionais – foca-se na criação de redes e sinergias a vários níveis e dimensões: programa de empresas para a comunidade; articulação com empresas que pretendam associar-se com escolas e estruturas culturais; programa para férias escolares; programa «A Escola e o Museu»; realização de um concurso escolar que tenha por objectivo promover o estabelecimento de parcerias entre as escolas e as entidades que tutelam o património; seminário cultural dos municípios, para criar articulações intermunicipais e com estruturas públicas nacionais que permitam potenciar melhor as intervenções nestas áreas.

Roteiro para a Educação Artística da UNESCO (Roteiro, 2006)

Por ter um âmbito mundial, o *Roteiro* proposto pela UNESCO apresenta objetivos mais abstratos e generalistas, não tendo naturalmente medidas tão concretas e diretamente

aplicáveis ao caso português, como acontece no caso do relatório interministerial acima apresentado. De qualquer modo, apresenta um modelo de intervenção centrado nos principais problemas a partir de uma perspectiva mundial (ver Figura 2), sendo assim um estudo central a ter em consideração, em qualquer reflexão e debate sobre o futuro da educação artística.

Figura 2 – Modelo inspirado no *Roteiro para a Educação Artística da UNESCO (Roteiro, 2006)*



Relativamente aos eixos centrais do relatório interministerial, o roteiro da UNESCO destaca-se essencialmente pelo maior relevo que atribui à necessidade de consciencialização e sensibilização dos decisores políticos. Por exemplo, entre os elementos centrais abordados no roteiro encontram-se um conjunto de “desafios a ultrapassar”, a necessidade de “reconhecimento dos decisores políticos” e um grupo de propostas de “desenvolvimento de políticas”.

No caso dos “desafios a ultrapassar”, o roteiro destaca, por exemplo: a pouca importância que as políticas educativas atribuem à Educação Artística; a dissociação frequente entre sistemas culturais e educativos; a falta de programas de formação de professores especializados em educação artística e da promoção do papel das artes no ensino, nos programas de formação geral dos professores; o afastamento dos artistas do campo da educação; ausência do vasto campo experimental na educação artística como objeto de investigação ou de sistematização; e reconhecimento de que os orçamentos destinados à Educação Artística são inexistentes ou insuficientes para cobrir as necessidades

correntes e de desenvolvimento.

Perante este cenário mundial com desafios tão complexos e simultaneamente primários, os autores do roteiro propõem então como uma das prioridades a necessidade de sensibilizar os decisores políticos para que: reconheçam o papel da Educação Artística na preparação das audiências; tenham em conta a importância do desenvolvimento de uma política de Educação Artística que articule as solidariedades entre as comunidades, as instituições educativas e sociais e o mundo do trabalho; reconheçam que os projetos futuros deverão reproduzir as práticas de sucesso até agora implementadas; dêem prioridade à necessidade de um reconhecimento mais profundo, por parte do público, das contribuições essenciais dadas pela Educação Artística aos indivíduos e à sociedade.

Consequentemente, são propostas um conjunto de políticas articuladas com os desafios e os problemas anteriormente apresentados. Entre as principais políticas a desenvolver destacam-se: a necessidade de alocação de recursos suficientes para transformar os princípios em ação; a concepção de políticas de investigação nacional e regional no domínio da Educação Artística, tendo em conta as especificidades das culturas ancestrais e dos grupos de populações vulneráveis; a colocação da Educação Artística num lugar central e permanente no currículo educativo, financiando-a adequadamente e dotando-a de professores competentes e de qualidade.

Nos restantes elementos do modelo, as propostas estão muito próximas dos princípios que estão na base do relatório interministerial: melhoria da formação e recursos disponíveis; realização de redes e parcerias; e necessidade de melhorar a investigação e a partilha do conhecimento.

No caso da “formação, aplicação e apoio”, é proposto que se: disponibilize formação profissional aos artistas e professores com vista a melhorar a qualidade da transmissão da Educação Artística e, quando inexistente, criar departamentos de arte-educação nas universidades; disponibilizem professores e artistas devidamente formados aos estabelecimentos escolares e de educação não formal; integrem as artes no currículo escolar e na educação não formal; torne a Educação Artística disponível a todos os indivíduos dentro e fora das escolas; produzam e disponibilizem em todas as escolas e bibliotecas os recursos materiais necessários ao ensino das artes; encontrem formas e meios para delinear programas de Educação Artística baseados nos valores e tradições locais.

As medidas propostas para a realização de “parcerias e

formas de cooperação” procuram incentivar o envolvimento de várias instituições na resolução dos problemas acima apresentados, a vários níveis geográficos: autoridades governamentais, educadores, artistas, ONG, grupos de pressão, membros da comunidade empresarial, do movimento laboral e da sociedade civil, bem como instituições artísticas e culturais, fundações, comunicação social, empresas e membros do sector privado na educação.

Finalmente, o roteiro dá especial destaque também ao eixo da “investigação e partilha do conhecimento”, propondo igualmente o desenvolvimento de bases de dados diversificadas e sua partilha a todos os estabelecimentos escolares, havendo uma preocupação forte na responsabilização das autoridades governamentais nos domínios da educação e cultura, e no processo de difusão da informação sobre educação artística.

Educação Musical para o Séc. XXI no Reino Unido (Hallam e Creech, 2010)

Considerando o grande sucesso que o Reino Unido tem obtido na promoção de músicos ao nível mundial, considerou-se aqui relevante incluir igualmente um estudo sobre as últimas reformas musicais do Reino Unido no domínio da educação musical, dando especial ênfase às propostas realizadas neste estudo para o futuro.

Relativamente aos dois estudos apresentados anteriormente (Xavier, 2004 e *Roteiro*, 2006), o estudo coordenado por Susan Hallam e Andrea Creech tem eixos diferentes por ser mais específico – o seu âmbito restringe-se ao domínio da educação musical – e ter também em consideração a necessidade de intervenções diferentes consoante os níveis de ensino (ver Figura 3).

Entre os aspetos que merecem mais realce e que se distanciam igualmente dos estudos anteriores está a grande aposta na abertura da escola à família e na procura de cooperação com os artistas da comunidade; o forte incentivo à utilização de novas tecnologias; a parceria com instituições comerciais relacionadas com a música, tais como rádios, editoras, etc.; e a prioridade dada à avaliação e à sustentabilidade da educação musical.

No contexto escolar, as autoras dividem as propostas em dois níveis: “Primeiros Anos e Ensino Primário” e “Ensino Secundário e Superior”. No âmbito deste ensaio não é essencial compreender as distinções feitas entre estes dois níveis, mas apenas realçar o tipo de medidas consideradas

prioritárias em contexto escolar, entre as quais destacam-se aqui aquelas que se distinguem pela diferença ou maior prioridade relativamente ao nosso sistema de ensino: as escolas devem ter fortes parcerias com instituições da área da música; criar oportunidades para os alunos participarem em grupos musicais que reúnam regularmente; trabalhar com músicos da sua comunidade em projetos de curto-prazo; incluir música oriunda das casas das crianças e jovens e dos seus antecedentes culturais; ajudar crianças e pais/ encarregados de educação a partilhar e integrar atividades musicais no quotidiano; utilizar a tecnologia de forma criativa e inovadora; possibilitar a aprendizagem de um instrumento musical e de literacia musical; proporcionar atividades com as quais se possam identificar (usualmente, música popular), e realizar uma abordagem personalizada, desenvolvendo a sua criatividade e as suas habilidades próprias.

Figura 3 – Modelo inspirado em *Educação Musical para o Séc. XXI no Reino Unido* (Hallam e Creech, 2010)



Nos eixos da “Formação Profissional e Contínua” e da “Aprendizagem ao Longo da Vida”, o estudo centra-se na valorização dos músicos profissionais, defendendo a necessidade de se criarem oportunidades de participação em atividades de desenvolvimento profissional contínuo, que lhes permitam qualificações de ensino reconhecidas para poderem ensinar em escolas. Além do objetivo evidente de aproximação dos músicos profissionais à escola, o estudo defende ser uma boa medida aumentar a oferta de atividades musicais apropriadas para a comunidade local e maximizar oportunidades para atividades musicais em grupo.

O eixo de ação “Música para Todos” focaliza a atenção na relevância da música na inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais e de jovens em situações de risco e em instituições correcionais. Assim, propõe-se que sejam criados projetos específicos para jovens desafetos de escolas oficiais e que se criem em centros de juventude espaços para que os jovens possam praticar e desenvolver as suas capacidades técnicas, incluindo fazer misturas, gravações e produções musicais.

As relações por vezes conflituosas entre “tecnologia, mudança e tradição musical” constituem igualmente um eixo de ação. O impacto das tecnologias na educação tem sido profundo, colocando alguns instrumentos musicais e tradições “em perigo de morrer”. Assim, defende-se que na educação musical haja igualmente espaço para se defenderem tradições importantes como as bandas filarmónicas, a música clássica ou a música tradicional, que estão em alguns casos a ser ameaçadas de quase “extinção”. Um dos papéis da educação musical passa deste modo a ser o de educar para a tolerância musical, combatendo a intransigência e relutância dos jovens face a determinados géneros se não forem sensibilizados.

Um eixo de ação inovador neste estudo é o foco na “avaliação”. Nas escolas primárias a avaliação musical é muitas vezes desvalorizada no sentido em que os professores generalistas não possuem experiência suficiente para a fazer. Além disso, a avaliação da aprendizagem realizada em grupos muito amplos também cria desafios complexos às entidades examinadores, que é importante resolver.

O estabelecimento de “redes e parcerias” é também um eixo prioritário neste estudo, principalmente tendo em vista o propósito de promover uma música de elevada qualidade. Em anteriores “manifestos musicais” (“Manifesto Musical” de 2004 e “Manifesto Musical” de 2006), defendeu-se que a educação musical deveria alargar o âmbito da música e promover uma maior integração entre as escolas e outras partes interessadas, tais como empresas de radiodifusão e editoras de música comercial. Além disso, considerou-se prioritário que as crianças e jovens tivessem um papel mais ativo na criação de música de alta qualidade.

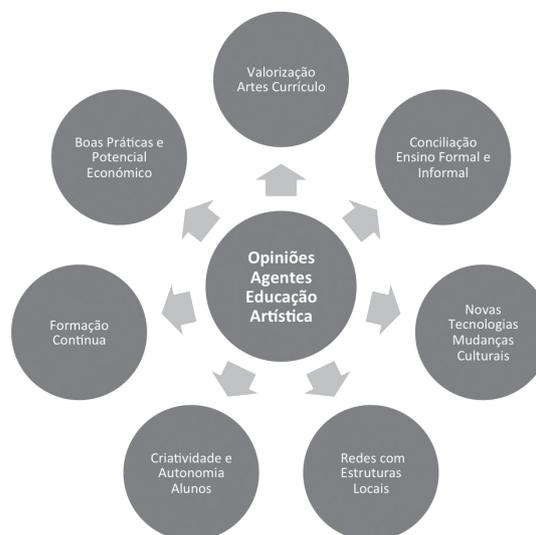
Finalmente, o último eixo defendido por Susan Hallam e Andrea Creech remete para um domínio cada vez mais importante, o da “sustentabilidade da educação musical”. Por um lado, defende-se a relevância da música para desenvolver uma vasta gama de competências procuradas por empregadores – por exemplo, trabalho em equipa, liderança,

trabalho independente e criatividade. Por outro lado, salienta-se a importância de defender as atuais oportunidades de emprego da educação musical, que representam o mais valioso recurso que deve ser preservado e desenvolvido como parte de uma estratégia a longo prazo relativa à qualidade de vida de todos.

II. Reflexões dos Agentes de Educação Artística

Tal como referido inicialmente, este ensaio teve origem na auscultação de 25 especialistas na área da educação artística, entre docentes, investigadores, decisores políticos, artistas, quadros superiores na área das artes e empresários do sector (ver Apêndice – Lista de Entrevistados, no final do artigo). O propósito era ouvir a sua opinião sobre os principais desafios colocados aos intervenientes da educação artística nas próximas décadas, de modo a ter consciência dos problemas centrais da atualidade e a médio prazo e, conseqüentemente, saber as áreas em que se deve agir e colocar recursos no âmbito de uma política educativa.

Figura 4 – Modelo criado a partir das opiniões recolhidas em entrevistas



Após uma análise qualitativa das várias reflexões construiu-se um modelo inspirado nas categorias observadas nos três estudos da primeira parte do ensaio, com pequenas adaptações (ver Figura 4).

O primeiro eixo, comum a várias opiniões, é o da necessidade de “valorização das artes no currículo”:

O “ensino da música” como das outras áreas de “enriquecimento curricular” só pode ter sucesso quando integrar o horário curricular e o próprio currículo efetivamente (não só no papel). Não são áreas de segunda nem são dotadas de professores de segunda! Só depois desta questão muito prática resolvida, poderemos então atingir objectivos ao nível da criação e desenvolvimento de competências de acordo com as ambições dos profissionais da nossa área.

Miguel Pernes¹

É urgente [...] que esta consciência alargada [da importância das artes] se traduza agora na prática numa revalorização muito mais significativa da dimensão curricular e extracurricular da educação artística e cultural no seio do sistema educativo.

Rui Vieira Nery²

A consciência de que a escola já não é o centro exclusivo do conhecimento é também considerado outro dos desafios centrais da educação artística. Cada vez mais aumenta a consciência da necessidade de “conciliação entre ensino formal e informal” ou entre “contextos educativos formais e não formais”:

Um dos grandes desafios da educação artístico-musical dos tempos presente e futuro é reconciliar as práticas artísticas quotidianas das crianças e dos jovens com as práticas artísticas no interior das escolas.

António Vasconcelos³

O maior desafio que se coloca aos diversos intervenientes na educação artística poderá ser o da interação da escola com a comunidade e o meio artístico, procurando uma colaboração entre os diversos contextos educativos formais e não formais.

Graça Palheiros⁴

A relevância das “novas tecnologias nas mudanças culturais” é uma ideia central e partilhada por vários dos especialistas ouvidos. As novas possibilidades trazidas pelas

1 Empresário e Professor de Educação Musical.

2 Professor Universitário, Investigador e Diretor do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura.

3 Investigador e Professor da Escola Superior de Educação de Setúbal.

4 Investigadora e Professor da Escola Superior de Educação do Porto.

novas tecnologias bem como o aumento da rapidez das mudanças culturais e, conseqüentemente, da educação será um dos principais desafios na área da educação artística e dos docentes:

É fácil de prever que as transformações em curso, de caráter cultural, social e tecnológico, reconfigurarão conceptualmente o domínio das artes. Penso que os educadores terão cada vez mais de ser capazes de demonstrar uma rápida sensibilidade a este facto.

João Soeiro de Carvalho⁵

As possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias permitem criar e difundir música de forma antes inimaginável e põem aparentemente em causa a necessidade de uma educação musical formal que forneça os instrumentos básicos para essa produção.

Graça Mota⁶

Um outro eixo é o da criação de “redes com as estruturas culturais locais”. É opinião comum que os agentes das áreas artísticas devem saber criar as condições para articular cada vez mais a escola com as instituições culturais da comunidade envolvente:

Os professores devem estar abertos aos desafios que a Escola, a Educação e a Sociedade lhes pedem, encontrando estratégias que motivem os alunos para a aprendizagem dos conteúdos regionais [...], sabendo readaptá-los à atualidade e integrando o aluno nas estruturas sociais que o rodeiam.

Maria João Caires⁷

Os professores das diferentes formas de expressão artística terão que procurar formas motivadoras que possam contribuir para o desenvolvimento artístico dos alunos. Não só levar para dentro da escola a vertente cultural [...] como também procurar outros parceiros empresariais, outras organizações artísticas extracurriculares.

Rui Camacho⁸

A crítica a um ensino muito expositivo, centrado na reprodução de conhecimentos e pouco focado na criatividade do aluno dá origem a outra categoria considerada prioritária:

5 Investigador e Professor da Universidade Nova de Lisboa.

6 Investigadora e Ex-Professora da Escola Superior de Educação do Porto.

7 Professora de Educação Musical e Ex-Coordenadora Regional da Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia.

8 Músico e Presidente da Associação Musical e Cultural Xarabanda.

“criatividade e autonomia dos alunos”. A ideia de que o aluno está afastado do centro do processo educativo e que uma das reformas principais do ensino em Portugal passa por dar mais responsabilidade e autonomia aos alunos é também uma opinião encontrada frequentemente nas entrevistas realizadas:

Devemos aumentar a preponderância do aluno no processo, tornando-o mais ativo, responsabilizando-o e dando-lhe mais capacidade de decisão acerca da sua aprendizagem. Nesta perspectiva seria interessante encontrar soluções que permitissem aumentar a componente de trabalho autónomo nas nossas aulas.

Carlos Batalha⁹

A instituição escolar tem, no seu conjunto, de abandonar um paradigma centrado [...] na reprodução dos conhecimentos e passar para um outro que é o da criação, da multiplicação das escritas, das imagens, das vozes, das sonoridades... Temos colocado a tónica no saber; há que passar a insistir no fazer.

Jorge Ramos do Ó¹⁰

Outro desafio considerado central é o de assumir que a educação artística é uma área disciplinar vocacionada para implementar o “trabalho colaborativo nas escolas”. Tendo em consideração as especificidades das áreas artísticas, há quem defenda que o desafio dos intervenientes da educação artística é implementar uma cultura de trabalho colaborativo nas escolas:

Penso que um dos grandes desafios que se coloca aos intervenientes da educação artística passa pela implementação de uma cultura de trabalho colaborativo nas escolas. A Educação Artística desempenha um papel fundamental como promotora da integração curricular e no desenvolvimento de projetos transdisciplinares.

Carlos Batalha

A questão da integração das artes no âmbito de uma Educação Artística é algo que passa [...] por uma perspectiva de trabalho colaborativo entre os seus agentes e pela concretização de projetos que assumam as diferentes expressões artísticas enquanto portadoras das suas especificidades [...].

Graça Mota

Tendo em consideração as rápidas mudanças culturais e sociais que atravessamos, é natural que outro dos desafios considerados prioritários seja o da “formação ao longo da vida”. Tal como nos três estudos apresentados na primeira parte do ensaio, uma das opiniões emitidas pelos entrevistados é o da necessidade dos intervenientes da educação artística estarem constantemente a atualizarem os seus conhecimentos:

A formação terá de estar, necessariamente, conectada e sintonizada com um mundo em constante mutação, de modo a proporcionar, aos professores, a emergência de novas competências, que lhes permitam enfrentar a crescente heterogeneidade dos efetivos escolares e a evolução dos programas.

Manuel André¹¹

Aos docentes, [precisam de um] grau de exigência muito maior no que diz respeito à autoformação e atualização ao longo de toda a sua vida profissional, a fim de se manterem informados sobre as novas tendências artísticas, as novas técnicas, as novas abordagens.

Cristina Faria¹²

Finalmente, os últimos desafios considerados relevantes juntam “boas práticas e potencial económico”. Por um lado considera-se que em Portugal desperdiça-se muita energia e dinheiro por não se aproveitarem as boas práticas existentes e por não se apostar na manutenção dos projetos de grande valor e com boas avaliações, aparentemente por desconhecimento dos decisores políticos, sendo assim necessário uma inventariação de boas práticas:

A cada mudança de paradigma político, faz-se tábua rasa da experiência e reconhecimento conseguidos e “azera-se o conta quilómetros”. Isto é o mesmo que dizer que é muitíssimo difícil manter qualquer projeto [...]. Razões? Muitas. Para começar, o aparente desconhecimento dos responsáveis governamentais, das boas práticas e boas avaliações obtidas por projetos.»

Rui Ferreira¹³

Por outro lado, ainda há alguma dificuldade em reconhecer o potencial de crescimento económico das artes, vendo-se a educação artística apenas numa dimensão de entretenimento geradora de despesa:

¹¹ Ex-Subdiretor Regional de Educação.

¹² Investigadora e Professora da Escola Superior de Educação de Coimbra.

¹³ Professor da Escola Superior de Educação do Porto e Presidente do Instituto Orff.

⁹ Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

¹⁰ Investigador e Professor da Universidade de Lisboa.

Precisamente por que as artes são parte essencial da nossa vida colectiva, e não há sociedade onde elas não floresçam em maior ou menor grau, é preciso ver também a educação artística simultaneamente numa outra dimensão: como oportunidade de desenvolvimento de faculdades e destrezas que podem conduzir a uma profissionalização futura da criança ou do jovem nesse sector de atividade, que tem vindo a ganhar cada vez maior relevância na economia.

Mário Vieira de Carvalho¹⁴

III. Considerações Finais

Apesar do objetivo primordial das entrevistas realizadas ser o de ouvir a opinião de especialistas portugueses sobre os desafios da educação artística, de modo a compreender melhor os principais problemas da atualidade nesta área, no plano nacional e internacional, naturalmente que é difícil não relacionar este estudo com o estado atual da educação artística na Região Autónoma da Madeira (RAM), tendo em consideração a minha atual função de Chefe de Divisão de Investigação e Multimédia na Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia (DSEAM).

Assim, seria estranho não aproveitar estas opiniões para fazer um breve balanço sobre o estado atual da educação artística na RAM, no que diz respeito a pontos fortes e oportunidades de melhoria.

No domínio dos pontos fortes e tendo em consideração as várias medidas e propostas realizadas nos três estudos analisados e na recolha de opiniões efetuada para este ensaio, a RAM já obteve conquistas importantes: tem uma unidade orgânica no âmbito da Direção Regional de Educação dedicada a promover a educação artística – a Direção de Serviços de Educação Artística e Multimédia –, serviço que facilita naturalmente a sensibilização dos decisores políticos para a importância desta área e que serve de força mobilizadora junto dos docentes para as várias atividades promotoras das artes em contexto escolar (Semana Regional das Artes, Festival da Canção Infanto-Juvenil da Madeira, Congresso de Educação Artística, Temporada Artística, entre muitos outros); a monodocência coadjuvada no 1.º Ciclo em contexto curricular, colocando professores competentes e devidamente habilitados nas áreas artísticas nas escolas de toda a RAM; um programa de incentivo às atividades de enriquecimento curricular (Ensino Básico e Secundário), consubstanciado no

projeto de “Modalidades Artísticas”, que leva as artes em contexto extracurricular às escolas proponentes; a aplicação de um programa de formação contínua para professores de educação artística, com mais de três décadas e que todos os anos realiza centenas de horas de formação; a realização de um encontro anual de profissionais de Educação Artística – Congresso de Educação Artística –, para debater temas centrais da atualidade e para permitir a participação em workshops da área; um departamento dedicado à publicação de novos materiais pedagógicos nas áreas artísticas; um relacionamento positivo com meios de comunicação social e editoras; a tradição de parcerias com autarquias e instituições com o propósito de promover as artes; um trabalho sistemático de preparação de audiências através de uma temporada artística anual; a procura de defender os valores e tradições locais, através do projeto de iniciativas da componente regional do currículo; a existência de incentivos e oportunidades de praticar artes em grupo, no âmbito extracurricular e extraescolar, servindo o trabalho da DSEAM de “viveiro” para vários grupos da Região (bandas filarmónicas, grupos de música tradicional, grupos de música ligeira, coros, etc.); um sistema de avaliação de competências-chave em educação musical único a nível nacional.

No âmbito das medidas propostas nos estudos anteriores há algumas áreas em que a RAM ainda tem espaço para melhorar: criação de um “Programa Artistas na Escola”, de modo a valorizar os artistas regionais junto de crianças e jovens da RAM; reforço da componente educativa das estruturas culturais, muitas das quais continuam sem serviços educativos; produção de roteiros e materiais pedagógicos de qualidade e em larga escala; realização de um inventário, “Base de Dados Boas Práticas”, que permita generalizar atividades de elevado valor; realização de formações de curta ou média duração destinadas aos profissionais das artes (os professores de educação artística têm à sua disponibilidade muita formação mas o mesmo não acontece com os artistas); incentivo à realização de estágios e programa de intercâmbio com instituições nacionais ou internacionais de referência (Fundação Calouste Gulbenkian, Teatro Nacional de São Carlos, Casa da Música...); criação de um sistema de incentivo à inovação e a projetos-pilotos; promoção de estudos sobre práticas culturais locais; aumento do potencial de portais de recursos existentes e divulgação acrescida das práticas da educação artística regional nas redes sociais; incentivo de forma sistemática do relacionamento com investigadores e docentes do ensino superior; criação de espaços para os jovens fazerem misturas, produções e

14 Ex-Secretário de Estado da Cultura e Ex-Professor da Universidade Nova de Lisboa.

gravações de elevada qualidade; desenvolvimento de uma maior autonomia e criatividade dos alunos, de modo a que tenham um papel mais ativo na criação artística de alta qualidade; melhoramento e maior pioneirismo na questão da avaliação das artes em grupo ao nível nacional; continuação da luta pelo reconhecimento das artes como disciplinas ao nível da matemática, da ciência e das línguas; criação de espaços no currículo que permitam a inclusão de práticas do quotidiano dos alunos e das suas vivências musicais em contexto escolar; aumento da formação dos professores em novas tecnologias, de modo a conseguirem acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas; criação de um programa de incentivo à integração de alunos nas estruturas culturais locais.

A manutenção das medidas e projetos que constituem os pontos fortes da Educação Artística na RAM, juntamente com a implementação dos programas/medidas acima indicados como oportunidades de melhoria, é talvez uma utopia tendo em consideração as atuais dificuldades económicas que vivemos. No entanto, muitas delas são essenciais para podermos ter um projeto cultural próprio enquanto região e enquanto nação. A criação e defesa de uma identidade madeirense e portuguesa passa incontornavelmente pela criação de melhores condições para os profissionais das artes e da educação artística, naturalmente em conjunto com outras áreas do saber. É necessário criar condições financeiras para se implementarem muitos dos programas acima apresentados, que terão muito impacto ao nível de emprego e da educação das novas gerações. O investimento nas artes, para ter um impacto significativo na sociedade, não necessita de ser tão grande como o que ocorreu em outras áreas que foram tão privilegiadas nas últimas décadas, muitas vezes com poucos resultados.

Existem muitos valores artísticos a surgirem e é preciso termos consciência de que é necessário criar programas para que a sociedade possa agora usufruir dos investimentos realizados na área da educação, como refere, e bem, o cantor lírico Carlos Guilherme, com o qual se termina este ensaio:

Há valores a surgirem cada dia que passa. Haverá consciência disso? Importa para já que quem de direito faça o ponto da situação, recolha dados suficientes para saber quem pode ser aproveitado, quer em projetos regionais, quer a nível nacional e fazer o aproveitamento dessas forças emergentes da nossa cultura.

Carlos Guilherme¹⁵

Referências Bibliográficas

- Hallam, S. e Creech, A. (2010). *Music Education in the 21st Century in the United Kingdom – Achievements, analysis and aspirations*. London: Bedford Way Papers.
- Roteiro para a Educação Artística – Desenvolver as Capacidades Criativas para o Século XXI* (2006). Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- Xavier, J. B., Coord. (2004). *Relatório do Grupo de Trabalho – Ministério da Educação e Ministério da Cultura*, Despacho Conjunto N.º 1062/2003, DR-II Série de 27 de novembro. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Cultura.

Apêndice – Lista de Entrevistados

1. Miguel Pernes, Empresário e Docente de Educação Musical;
2. Rui Vieira Nery, Professor Universitário, Investigador e Diretor do Programa Gulbenkian Educação para a Cultura;
3. João Paulo Janeiro, Músico e Professor;
4. António Vasconcelos, Investigador e Professor da Escola Superior de Educação de Setúbal;
5. Graça Palheiros, Investigadora e Professora da Escola Superior de Educação do Porto;
6. João Soeiro de Carvalho, Investigador e Professor da Universidade Nova de Lisboa;
7. Graça Mota, Investigadora e Ex-Professora da Escola Superior de Educação do Porto;
8. Isabel Bezelga, Professora e Investigadora da Universidade de Évora;
9. Rui Massena, Ex-Maestro da Orquestra Clássica da Madeira;
10. José Sainz-Trueva, Diretor do Museu de Arte Contemporânea da Madeira;
11. Alberto Vieira, Presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico;
12. Rui Camacho, Músico e Presidente da Associação

¹⁵ Cantor Lírico.

Musical e Cultural Xarabanda;

13. Carlos Batalha, Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa;

14. Jorge Ramos do Ó, Investigador e Professor da Universidade de Lisboa;

15. Manuel André, Ex-Subdiretor Regional de Educação;

16. Rita Rodrigues, Investigadora e Professora de Artes Visuais;

17. Cristina Faria, Investigadora e Professora da Escola Superior de Educação de Coimbra;

18. Rui Ferreira, Professor da Escola Superior de Educação do Porto e Presidente do Instituto Orff;

19. Mário Vieira de Carvalho, Ex-Secretário de Estado da Cultura e Ex-Professor da Universidade Nova de Lisboa;

20. Carlos Guilherme, Cantor Lírico;

21. Natalina Santos, Investigadora, Professora da Universidade da Madeira e Chefe da Divisão da DSEAM;

22. Maria João Caires, Professora de Educação Musical e Ex-Coordenadora Regional da DSEAM;

23. Zélia Gomes, Maestrina e Professora da DSEAM;

24. João Borges, Coordenador do Departamento de Produção da DSEAM;

25. Francisco Caldeira, Ex-Coordenador Regional da DSEAM.